



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO
Edital nº 044/2016

Candidato: _____

Inscrição: _____ Instituição de Ensino: _____

Assinatura: _____
(conforme identidade)

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

01. Este Caderno de Questões só deve ser aberto após a leitura de todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este Caderno, confira se ele contém 50 (cinquenta) questões objetivas. Comunique imediatamente a um dos fiscais de sala acerca de eventuais incorreções ou problemas de impressão.
03. Preencha os dados pessoais neste Caderno.
04. O candidato poderá levar consigo este caderno de provas desde que faltando menos de 30 (trinta) minutos para o final do exame.
05. Utilize a folha de respostas para responder às questões deste caderno.
06. Leia as instruções da folha de respostas antes de iniciar o preenchimento. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas.
07. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
08. A duração da prova é de 03 (três) horas, aí incluído o tempo para responder a todas as questões deste Caderno e para preencher a folha de respostas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1 - Acerca da organização do Estado brasileiro e do poder constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) Poder constituinte decorrente é o poder que os Estados membros da federação têm de elaborar sua própria constituição, respeitados os princípios da Constituição Federal.
- b) O Poder Legislativo estadual é exercido, de forma bicameral, pelas assembleias legislativas e pela câmara dos vereadores.
- c) A União poderá intervir nos Estados e nos Municípios nos casos excepcionais previstos no art. 34 da Constituição Federal, que incluem a necessidade de garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes.
- d) O Distrito Federal, permitida sua divisão em municípios, reger-se-á por constituição distrital, votada em dois turnos, por sua Assembleia Legislativa.

2 - De acordo com o processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) É da iniciativa privativa do Presidente da República lei que trate de regra geral de direito tributário.
- b) É vedado ao Presidente da República editar medida provisória que estabeleça pena mais grave para crime previsto no Código Penal.
- c) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada somente poderá ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- d) A casa do Congresso Nacional na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei para a sanção presidencial, a qual não se presume mesmo em caso de silêncio.

3 - Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal:

- a) O sigilo das comunicações telefônicas é direito fundamental que pode ser relativizado, por ordem do Ministério Público, em procedimento que investiga a prática de improbidade administrativa.
- b) O sigilo das comunicações telefônicas é direito fundamental que pode ser relativizado, por ordem judicial, em procedimento que investiga a prática de improbidade administrativa.
- c) O sigilo das comunicações telefônicas é direito fundamental que pode ser relativizado, por ordem judicial, em procedimento que investiga a prática de crimes contra a Administração Pública.
- d) O sigilo das comunicações telefônicas não é direito fundamental, podendo ser relativizado, por ordem do Ministério Público, em procedimento que investiga a prática de crimes contra a Administração Pública.

4 - Acerca dos direitos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A lei penal retroagirá quando implicar benefício para o réu.
- b) O brasileiro nato não será extraditado, ainda que cometa crime de tráfico ilícito de entorpecentes.
- c) São crimes insuscetíveis de graça ou anistia aqueles definidos em lei como hediondos.
- d) É inafiançável e imprescritível a prática de tortura e de tráfico ilícito de entorpecentes.

5 - De acordo com a Constituição Federal de 1988, são atribuições institucionais do Ministério Público brasileiro:

- a) Promover a ação de inconstitucionalidade e a defesa em juízo, gratuita e integral dos necessitados, na forma da lei e da Constituição.
- b) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica dos entes federativos e defender judicialmente os interesses das populações indígenas.
- c) Promover a execução da dívida ativa de natureza tributária da União e requisitar a instauração de inquérito policial.
- d) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência e promover a representação para fins de intervenção da União e dos Estados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

6 - Sobre o controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado é também abstrato, sendo exercido por todos os juízes, no exercício da jurisdição.
- b) O controle difuso é exercido também nos tribunais, mas apenas por meio de ações específicas com previsão constitucional.
- c) O controle concentrado pode ser exercido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cujo órgão competente para seu julgamento será sempre um tribunal.
- d) No controle concentrado de constitucionalidade, não há a discussão de um direito entre as partes, razão por que podem desistir do processo já iniciado.

7 - Acerca do tratamento constitucional do Ministério Público, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a autonomia funcional.
- b) É função institucional privativa do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos.
- c) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados, cada um com autonomia funcional e administrativa.
- d) Compete ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.

8 - Caio agrediu Tício a golpes de faca com intenção de matar, ferindo-o no abdome. Atendido por terceiros, Tício foi levado a um hospital. Quando estava sendo medicado, ocorreu um incêndio no hospital e Tício morreu carbonizado. Nesse caso, Caio responderá por:

- a) Lesão corporal grave.
- b) Homicídio doloso.
- c) Homicídio culposo.
- d) Tentativa de homicídio.

9 - Sobre o crime, é correto afirmar que:

- a) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- b) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena; considera-se, para tanto, as condições ou qualidades da vítima, e não da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- c) No caso de erro sobre a pessoa, consideram-se para efeitos penais as condições ou qualidades da vítima efetivamente atingida.
- d) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

10 - A respeito do sujeito ativo da infração penal e dos institutos da tipicidade e da antijuridicidade, assinale a opção correta:

- a) Em legítima defesa encontra-se aquele sujeito que, usando moderadamente os meios necessários, repele injusta agressão, atual, iminente ou futura, a direito seu ou de outrem.
- b) A coação moral irresistível exclui a conduta criminosa do agente que, em tese, praticou um fato típico.
- c) A pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de infração penal no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) O agente que atua no estrito cumprimento do dever legal é isento de responsabilização criminal pelo excesso doloso ou culposo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

11 - Sobre a extinção da punibilidade, nos termos preconizados pelo Código Penal, é correto afirmar que:

- a) O prazo de prescrição é reduzido de metade quando o criminoso era, ao tempo da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.
- b) A sentença que conceder ao réu o perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.
- c) Nos casos em que a pena de multa seja a única aplicada ao condenado, o prazo prescricional é de 3 (três) anos.
- d) A decadência, que consiste na perda do *ius puniendi*, via de regra, ocorre no prazo de 6 (seis) meses a contar da data do fato.

12 - Mévio, ocupante de cargo em comissão em órgão da administração direta, apoderou-se, indevidamente e em proveito próprio, de um notebook que foi remetido ao Fórum juntamente com os autos do inquérito policial no qual foi objeto de apreensão. Mévio cometeu crime de:

- a) Apropriação indébita simples.
- b) Apropriação indébita qualificada pelo recebimento da coisa em razão de ofício, emprego ou profissão.
- c) Peculato.
- d) Prevaricação.

13 - Em relação aos crimes previstos na Lei Antitóxicos (Lei nº 11.343/2006) assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Na aplicação da pena deverão ser consideradas, com preponderância sobre as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- b) Constituem requisitos suficientes para a caracterização da forma privilegiada do delito de tráfico de drogas, prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, ser o agente primário e possuir bons antecedentes.
- c) Conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal é inconstitucional a vedação da liberdade provisória ao autor de delito de tráfico de drogas.
- d) O indiciado ou acusado que colabora voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá a pena reduzida de um terço a dois terços.

14 - Mateus foi condenado pela prática de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. No momento da dosimetria da pena, o juiz verificou que Mateus já ostentava em sua Certidão de Antecedentes Criminais condenações pela prática de um crime de homicídio simples no ano de 2013; de um crime de estupro simples realizado no ano de 2012; e pela prática, no ano de 2011, do crime de extorsão qualificada pela morte. De acordo com a Lei nº 8.072/90, são considerados hediondos os seguintes crimes praticados por Mateus:

- a) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e extorsão qualificada pela morte;
- b) estupro simples e extorsão qualificada pela morte;
- c) homicídio simples, estupro simples e extorsão qualificada pela morte;
- d) homicídio simples e estupro simples.

15 - Sobre os princípios do processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da presunção de inocência vigora até a prolação da sentença condenatória em primeiro grau de jurisdição, quando então passa a prevalecer a presunção de culpabilidade do acusado.
- b) Pelo princípio do livre convencimento, o juiz deve formar sua convicção pela livre apreciação da prova, devendo prevalecer a busca da verdade real, ainda quando a decisão for baseada exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase de investigação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

c) O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada estabelece que ao Ministério Público é vedado qualquer juízo discricionário quanto à pertinência ou conveniência da iniciativa penal, sendo, todavia, os institutos da transação penal e da colaboração premiada hipóteses de exceção ao referido princípio no ordenamento jurídico brasileiro.

d) O princípio da vedação à obtenção das provas ilícitas somente se aplica à acusação, não havendo a mesma proibição na utilização das provas ilícitas em benefício do acusado.

16 - No que se refere ao inquérito policial e ao seu arquivamento, assinale a alternativa correta:

a) A investigação criminal é atividade exclusiva da autoridade policial, de modo que o procedimento de investigação criminal (PIC) instaurado no âmbito do Ministério Público deve ser presidido pelo delegado de polícia, ao qual compete autorizar as diligências solicitadas pelo Promotor de Justiça.

b) Mesmo depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá, se de outras provas tiver notícia, reabrir o inquérito e realizar novas diligências.

c) Caso se convença de que o autor do crime agiu em legítima defesa, o delegado de polícia poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.

d) Sendo o inquérito policial destinado a embasar a *opinio delicti* do titular da ação penal, não pode o juiz discordar de pedido de arquivamento formulado pelo Promotor de Justiça.

17 - Acerca da prisão preventiva e das medidas cautelares diversas da prisão, assinale a alternativa correta:

a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Poderá, também, ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

b) A prisão preventiva somente é cabível após o oferecimento da denúncia, e pode ser decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do MP, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

c) As medidas cautelares diversas da prisão, como o recolhimento domiciliar no período noturno e a monitoração eletrônica, não podem ser aplicadas cumulativamente, diante do princípio *non bis in idem*.

d) Em razão do caráter excepcional da segregação cautelar, antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, não é admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

18 - Quanto às atribuições e prerrogativas do Ministério Público no processo penal, assinale a alternativa **incorreta**:

a) A participação do membro do Ministério Público no procedimento investigatório criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

b) No caso de morte do acusado, o juiz, somente à vista da certidão de óbito e depois de ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.

c) A fiança poderá ser concedida independentemente da audiência do Ministério Público.

d) O oferecimento da denúncia torna preclusa a definição jurídica do fato dada pelo Ministério Público, haja vista que o Código de Processo Penal não prevê a possibilidade de aditamento da inicial acusatória.

19 - No que concerne às regras do procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.099/95) e da Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/06), está correta a assertiva do item:

a) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa, respeitadas as regras de conexão e continência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

b) De acordo com as disposições da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

c) A Lei nº 9.099/95 prevê, em seu art. 76, o instituto da transação penal, segundo o qual o juiz, após o recebimento do termo circunstanciado, entendendo não ser caso de arquivamento, e preenchidos os requisitos legais, poderá propor ao autor do fato, na audiência preliminar, a aplicação imediata de pena restritiva de direito ou multa, obstando a instauração da ação penal.

d) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a aplicação de pena privativa de liberdade.

20 - Quanto aos recursos no processo penal e o procedimento do Tribunal do Júri, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta. Contra a decisão que pronunciar e impronunciar o acusado, caberão, respectivamente:

- a) Apelação, nos dois casos.
- b) Recurso em sentido estrito, nos dois casos.
- c) Apelação e agravo.
- d) Recurso em sentido estrito e apelação.

21 - Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.

I - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

II - A Lei de Execução Penal aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

III - Nas faltas graves, a autoridade representará ao Juiz da execução, que poderá determinar: a regressão do regime prisional, a revogação do benefício da saída temporária, a perda de até 1/3 do tempo remido, e ainda, a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade.

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas a afirmação II está correta.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

22 - Sobre personalidade e capacidade e as disposições relativas previstas no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

a) Os menores de 16 anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

b) Somente após a decretação de ausência poderá ser declarada a morte presumida de alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, e não encontrado até dois anos após o término da guerra.

c) De acordo com o Código Civil de 2002, a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, havendo, inclusive, possibilidade de sofrer dano moral, segundo entendimento jurisprudencial.

d) Cessa, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial.

23 - Sobre o tema alimentos, analise os itens a seguir, assinalando a alternativa correta:

a) O direito à prestação de alimentos é apenas dos descendentes em relação aos ascendentes, de modo que apenas será devido nos casos de necessidade do filho ou neto e possibilidade dos pais ou avós.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) Se várias pessoas estiverem obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos.
- c) A obrigação de prestar alimentos, por ter caráter personalíssimo, não se transmite aos herdeiros do devedor.
- d) Exercendo o credor o direito de cobrar alimentos, o crédito respectivo pode ser cedido ou oferecido em penhora.

24 - João da Silva teve seu nome inscrito indevidamente no cadastro de pessoas inadimplentes. Ao receber a notificação com a negativação de seu nome, João, que sempre honrou seus compromissos, sofreu um mal súbito e morreu. Considerando a situação hipotética acima, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

I – Não houve lesão ou ameaça de lesão a direito de personalidade de João da Silva, porquanto a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes constitui mero aborrecimento, incapaz de dar causa a um dano material ou moral.

II – Embora tenha havido lesão a direito de personalidade de João da Silva, seus sucessores somente poderão reclamar perdas e danos decorrentes desse fato gerador, se João da Silva tiver deixado procuração outorgando-lhes poderes específicos para propor ação judicial com essa finalidade.

III – Ana Maria, esposa de João da Silva, tem legitimidade para requerer a cessação da lesão a direito de personalidade do falecido marido e reclamar perdas e danos.

IV – A legitimação para reclamar perdas e danos será do cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Somente o item I é falso.
- c) Somente os itens III e IV são verdadeiros.
- d) Somente o item II é verdadeiro.

25 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor, seja ascendente, descendente, cônjuge ou colateral.
- c) Não corre prazo prescricional ou decadencial contra os menores de 16 anos.
- d) A coação absoluta (física) torna o negócio nulo, pois não há manifestação de vontade válida. Já a coação relativa (moral) torna o negócio anulável, pois existe um consentimento, mas ele está viciado.

26 - Sobre o poder familiar, tutela e curatela, marque o item correto:

- a) O Ministério Público, ao tomar conhecimento de que os pais de uma criança estão abusando de sua autoridade para com o filho ou faltando aos deveres inerentes ao poder familiar, tem legitimidade para requerer ao juiz a adoção de medidas visando à segurança do menor ou até mesmo à suspensão do poder familiar.
- b) No caso de os pais decaírem do poder familiar, os filhos somente serão postos em tutela após o falecimento do pai e da mãe.
- c) Compete mais ao tutor representar o menor, até os dezoito anos, nos atos da vida civil.
- d) O cônjuge, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito. Essa regra, no entanto, não se aplica aos companheiros, uma vez que nem sempre a união estável possui ato formal que demonstre seu termo inicial.

27 - Sobre a posse, assinale o item **incorreto**:

- a) A turbação autoriza o possuidor, desde que o faça logo, a manter-se por sua própria força, desde que os atos de defesa não sejam além do indispensável a essa manutenção.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) Adquire-se a posse pelo próprio interessado, seu representante e por terceiro sem mandato (dependendo de ratificação).
- c) Os atos violentos e clandestinos não geram posse, mesmo após cessada a violência ou a clandestinidade.
- d) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

28 - Em relação ao direito de família, suas disposições no Código Civil de 2002 e a jurisprudência ao tema relacionada, analise as alternativas a seguir, assinalando o item **incorreto**:

- a) O STF, em ações de controle concentrado de constitucionalidade, reconheceu a união estável de pessoas do mesmo sexo, conferindo interpretação conforme a Constituição ao Código Civil, para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família.
- b) Os impedimentos são proibições legais que uma vez descumpridas importam na nulidade do casamento, mas, em razão do caráter privado do direito de família, somente podem ser opostos por parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins.
- c) O reconhecimento de filho havido fora do casamento é irrevogável, podendo ser feito, inclusive, por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.
- d) Para o STJ, o Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente, independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou de o menor se encontrar em situação de risco, ou ainda de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.

29 - De acordo com o novo Código de Processo Civil, vigente desde o dia 18 de março de 2016, marque o item correto:

- a) O novo CPC inovou ao estabelecer um capítulo destinado à disposição das normas fundamentais do processo civil, cujo é rol exaustivo.
- b) É inadmissível a ação meramente declaratória, quando já tenha ocorrido a violação do direito.
- c) Consagrou-se, com o novo CPC, o princípio da cooperação, haja vista a previsão expressa de que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- d) O dever de comportar-se de acordo com a boa-fé é dirigido apenas às partes, não vinculando o órgão jurisdicional.

30 - Sobre a função jurisdicional, equivalentes jurisdicionais e competência, analise as alternativas a seguir:

- I – A jurisdição é a única técnica de solução de conflitos que possui aptidão para a coisa julgada, ou seja, somente uma decisão judicial pode se tornar definitiva e imutável.
- II – Compete à autoridade judiciária brasileira, de forma exclusiva, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil, salvo se o seu proprietário for estrangeiro, proveniente de país com o qual o Brasil tenha firmado tratado que verse sobre os limites da função jurisdicional.
- III – A solução de conflito por tribunal administrativo é considerada um equivalente jurisdicional.
- IV - A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência, em razão da necessária observância ao princípio da economia processual.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

31 - Considerando as disposições do novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa a **incorreta**:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, pode ser alegada como questão preliminar de contestação. Acolhida alegação de incompetência pelo juiz, o processo será extinto sem resolução de mérito.
- b) Havendo continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- c) O novo CPC conferiu expressamente ao juiz o poder de dilatar prazos processuais, visando adequá-los às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
- d) A intervenção do amicus curiae e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica passaram a ser considerados hipóteses de intervenção de terceiros.

32 - Acerca da forma, tempo e lugar dos atos processuais, marque o item correto:

- a) O Ministério Público possui prazo em dobro para apresentar contestação, recurso e contrarrazões recursais, ficando revogadas as demais disposições legais que lhe estabeleçam prazo próprio.
- b) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, inclusive, nos processos em autos eletrônicos.
- c) Os atos das partes produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais, mas a desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.
- d) O ato praticado antes do termo inicial do prazo é considerado intempestivo, sendo, portanto, inadmissível o recurso interposto antes do início do prazo recursal.

33 - Sobre a atuação do Ministério Público, analise as alternativas a seguir, de acordo com as disposições do novo CPC, julgando os itens como verdadeiros (V) ou falsos (F):

I - A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público, tendo em vista sua atuação institucional na defesa do interesse público.

II - O Ministério Público somente será ouvido no conflito de competência oriundo de processos em que a sua intervenção como fiscal da ordem jurídica for obrigatória.

III - O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.

IV - Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

Assinale a opção correta:

- a) V, F, V, V.
- b) F, F, V, F.
- c) V, V, F, F.
- d) F, V, V, V.

34 - Analise as proposições abaixo e marque o item correto:

- a) O novo CPC inovou ao estabelecer que a petição inicial deve indicar a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
- b) Da decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente liminarmente o pedido, cabe apelação, não sendo cabível juízo de retratação pelo juiz recorrido.
- c) A reconvenção deve ser ajuizada em peça autônoma, com pedido de distribuição por dependência.
- d) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor independe de requerimento do réu.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

35 - Sobre Ação Civil Pública e Mandado de Segurança, assinale a alternativa **incorreta:**

- a) Não é cabível mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- b) No mandado de segurança, o julgador determina a notificação da autoridade coatora para apresentar informações, no prazo de 10 dias, bem como que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada.
- c) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, esgotadas todas as diligências, e se convencido da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.
- d) De acordo com a Lei 7347/85, o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que verse sobre tributo ou contribuição previdenciária.

36 - Assinale a alternativa **incorreta acerca dos princípios constitucionais da Administração Pública:**

- a) Em vista do princípio da legalidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, cabe à Administração Pública realizar todos os atos que não lhe sejam vedados por lei, com o fim de atender ao interesse público.
- b) De acordo com o princípio da impessoalidade, a Administração Pública, no seu agir, deve evitar favoritismos, conferindo tratamento isonômico para todos os cidadãos.
- c) O princípio da moralidade administrativa exige do administrador conduta ética e proba, mesmo diante da lacuna legal ou da margem de discricionariedade administrativa.
- d) Em vista do princípio da publicidade da Administração Pública, deve esta zelar pela transparência de suas ações, podendo ser o princípio ressalvado nos casos em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.

37 - Acerca do ato administrativo assinale a alternativa **incorreta:**

- a) A autoexecutoriedade é atributo de alguns atos administrativos, consistindo na possibilidade de a Administração Pública por em execução suas decisões por seus próprios meios, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- b) O ato administrativo discricionário está relacionado à possibilidade de a Administração Pública valorar os critérios de conveniência e oportunidade na sua prática, razão por que não pode, em nenhuma hipótese, ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.
- c) O ato administrativo vinculado que concede direito ao cidadão não admite revogação. Todavia, poderá ser anulado, se verificada qualquer ilegalidade.
- d) O ato administrativo ilegal pode ser anulado pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração Pública.

38 - Acerca dos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) No exercício do poder disciplinar, a Administração Pública fica vinculada ao que disciplina a lei penal. Dessa forma, o ilícito administrativo será necessariamente também ilícito penal.
- b) O exercício do poder de polícia não autoriza, por si só, à Administração Pública a cobrança de taxa.
- c) Poder de polícia é a prerrogativa da Administração Pública de, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regular a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público.
- d) Em vista do princípio da legalidade presente na Constituição Federal, não pode a Administração Pública complementar as leis para a sua aplicação, visto que essa tarefa compete ao Poder Legislativo.

39 - Considere as afirmações:

- I – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais, bem como aos estrangeiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

II – Como forma de melhor disciplinar a remuneração dos servidores públicos, é facultado à Administração Pública vincular espécies remuneratórias de seu pessoal.

III – É facultado ao servidor público acumular dois cargos públicos de professor, em diferentes universidades públicas, desde que evidenciada a compatibilidade de horários.

IV – Após dois anos de efetivo exercício no cargo e aprovação em estágio probatório, o servidor público é estável no cargo.

V – A remuneração do servidor público pode ser fixada por ato do dirigente do órgão administrativo ao qual se encontra subordinado.

Está correto o que se afirma em:

a) I, III e V, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) III e IV, apenas.

d) I e III, apenas.

40 - Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

a) A ação de improbidade administrativa pode ser proposta pela pessoa jurídica interessada, caso em que o Ministério Público atuará no processo, necessariamente, como fiscal da ordem jurídica.

b) A pessoa jurídica interessada, se não for autora da petição inicial na ação de improbidade administrativa, deverá contestar o pedido.

c) Na ação de improbidade administrativa, estando a petição inicial em devida forma, o juiz recebê-la-á e determinará a citação do réu para apresentar contestação.

d) Dentre as penas impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, é possível a aplicação de perda da função pública, mas nunca a suspensão dos direitos políticos.

41 - Não estão sujeitos ao regime da Lei Federal nº 8.429 de 1992, a Lei de Improbidade Administrativa:

a) Os empregados de sociedade de economia mista e os dirigentes de concessionária de serviços públicos.

b) O chefe do poder executivo e o servidor público temporário.

c) Os dirigentes de concessionária de serviços públicos e o terceiro que, sem concorrer com agente público, causa dano ao erário público.

d) O servidor público temporário e o terceiro que, sem concorrer com agente público, causa dano ao erário público.

42 - Considere as afirmações:

I – É inexigível a licitação nas contratações nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento da situação que possa ocasionar prejuízo ao interesse público.

II – Leilão é a modalidade de licitação adequada para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração Pública.

III – As empresas públicas estaduais, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não se submetem às exigências de licitação prévia.

IV – É vedado aos agentes públicos estabelecer, nos atos convocatórios dos procedimentos licitatórios, preferências impertinentes ao objeto do contrato que restrinjam a competitividade do certame.

V – A Administração Pública pode estabelecer, nos contratos administrativos que celebrar, a prerrogativa de rescindi-los unilateralmente.

Está correto o que se afirma em:

a) I, II e III, apenas.

b) II, III, e IV, apenas.

c) I, IV e V, apenas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) II, IV e V, apenas.

43 - De acordo com a Lei Federal nº 13.146 de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição dos benefícios de ação afirmativa.
- b) Em razão da deficiência, é facultada às operadoras de planos ou seguros de saúde a cobrança de valores diferenciados, desde que não excedam em mais 10% (dez por cento) o valor cobrado às pessoas sem deficiência.
- c) É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo.
- d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa para casar-se ou para constituir união estável, porém a torna incapaz para exercer a guarda, a tutela ou a adoção de menor de idade.

44 - De acordo com o Código de Defesa do Consumidor e o entendimento jurisprudencial correlato, marque a opção correta:

- a) Entre os instrumentos com os quais o Poder Público conta para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo inclui-se a assistência jurídica integral e gratuita a todos os consumidores.
- b) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos contratos firmados entre instituições financeiras e seus correntistas.
- c) Nas relações de consumo, exige-se a imprevisibilidade do fato superveniente para a revisão de cláusulas contratuais.
- d) A inversão do ônus da prova nas relações consumeristas não é automática, pois cabe ao juiz analisar, de acordo com as regras ordinárias de experiência, os pressupostos de verossimilhança das alegações do consumidor e sua situação de hipossuficiência.

45 - Sobre direito do consumidor, assinale o item correto:

- a) A ausência de dolo na conduta do fornecedor afasta sua responsabilidade.
- b) A culpa concorrente da vítima constitui hipótese excludente da responsabilidade do fornecedor.
- c) É considerada prática abusiva contra o consumidor condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço. Bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- d) Cabe indenização por dano moral da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, mesmo quanto preexistente legítima inscrição.

46 - Com relação à tutela do meio ambiente, pode-se afirmar que:

- a) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente e desde que haja comprovação da existência de ato ilícito, ou seja, de dolo ou culpa por parte do poluidor.
- b) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- c) É possível um único ato ensejar a imposição de sanções administrativas, penais e civis, as quais não podem ser concomitantes, uma vez que uma exclui a outra.
- d) De acordo com a Lei 9605/98, para a imposição e gradação de penalidade, é irrelevante a situação econômica no infrator, na hipótese em que for aplicada a pena de multa.

47 - Em maio deste ano, a Superintendência do Meio Ambiente do Estado X fiscalizou a indústria farmacêutica *Welfare*. Na ocasião, os fiscais constataram que a indústria possuía todas as licenças ambientais necessárias ao seu funcionamento. No entanto, ao vistoriar a área externa, os fiscais detectaram que a indústria lançava, sem prévio



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

tratamento e em desacordo com a legislação ambiental, efluentes líquidos derivados das transformações químicas da fabricação de medicamentos, no leito de um rio que atravessa a propriedade onde se localiza a indústria. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento de resíduos líquidos em desacordo com as exigências legais é considerado uma infração administrativa, sem repercussão na esfera penal.
- b) Na situação narrada, a indústria farmacêutica *Welfare* poderá responder por crime ambiental somente no caso de autuada por infração ambiental não proceder ao pagamento da multa aplicada pela Superintendência do Meio Ambiente do Estado X.
- c) O Ministério Público poderá propor ação civil pública na defesa do meio ambiente, requerendo que o Poder Judiciário determine que a indústria farmacêutica *Welfare* proceda a despoluição do rio e se abstenha de promover novos lançamentos de resíduos líquidos no curso d'água.
- d) À indústria farmacêutica *Welfare* poderão ser aplicadas penas restritivas de direitos, a exemplo da suspensão parcial ou total de atividades ou a interdição temporária de suas atividades, mas não poderá lhe ser aplicada sanção consistente na proibição de contratar com o Poder Público.

48 - Gabriel, 6 anos, tem o pai falecido. Sua genitora mantém união estável com Marcos, 20 anos, estudante, que é tio paterno da criança. Marcos quer adotar Gabriel, sem romper os vínculos do menor com a mãe. Isso não é possível porque:

- a) Marcos não tem renda fixa e não é casado.
- b) A diferença de idade entre Marcos e Gabriel não atende ao requisito previsto na lei.
- c) Marcos é irmão do pai da criança.
- d) A adoção implica desligamento dos vínculos do adotado com pais e parentes.

49 - Considerando a atuação do Ministério Público em matéria relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta:

- a) Na função de custos legis, o Ministério Público deve zelar para que nenhuma disposição do ECA seja interpretada em prejuízo de crianças e adolescentes.
- b) Nos processos e procedimentos em que o Ministério Público não seja parte, é prescindível a sua atuação na defesa dos direitos e interesses de que cuida o ECA.
- c) A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada a requerimento de qualquer interessado, vedado o seu reconhecimento de ofício pelo juiz.
- d) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, mediante autorização judicial.

50 - De acordo com o Direito dos Idosos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo.
- b) De acordo com o art. 230, §2º, da Constituição Federal, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- c) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- d) É dever exclusivo da família amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.